

Espaço Social e Negritude: o Clube Doze de Outubro entre Memória e Representatividade em Palmeira das Missões, RS (1940–2000)

Social Space and Blackness: the Clube Doze de Outubro between Memory and Representativeness in Palmeira das Missões, RS (1940–2000)

Ricardo Aguirre de Moraes,¹ UFSM

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a dinâmica da representatividade da população negra no município de Palmeira das Missões (RS), por meio do Clube Social Doze de Outubro, e propor a inserção de sua história no material didático municipal como ferramenta para uma educação antirracista, alinhada à efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Significar cientificamente as movimentações dos sujeitos históricos negros consiste em aproximar a realidade, rompendo o discurso reducionista da trajetória da população negra ao período de escravidão. Toma-se por base a reflexão em torno do acervo fotográfico e da memória dos indivíduos migrantes da Colônia Chupim, formadores e frequentadores da associação, entre 1940 até o término de suas atividades no ano 2000. Em que o método de abordagem de dispositivo de análise a racialização.

Palavras-Chave: Memória; Identidade; Racialização; Associativismo negro.

Abstract

This article aims to present the dynamics of the representativeness of the Black population in the municipality of Palmeira das Missões (RS), through the Social Club Doze de Outubro, and to propose the inclusion of its history in the municipal teaching materials as a tool for anti-racist education, aligned with the implementation of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008 of the National Education Guidelines and Framework. Scientifically signifying the movements of Black historical subjects consists in bringing reality closer, breaking away from the reductionist discourse that confines the trajectory of the Black population to the period of slavery. The analysis is based on reflections concerning the photographic collection and the memory of migrants from Colônia Chupim, who founded and attended the association, from 1940 until the end of its activities in 2000. The methodological approach is guided by the analytical device of racialization..

Keywords: Memory; Identity; Racialization; black Association.

Introdução

O propósito desta pesquisa é sanar parte da lacuna histórica da população negra do município de Palmeira das Missões a partir da segunda metade do século XX, para que possamos dialogar com a Lei 10.639/2003 e a 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena a Lei de Diretrizes e

¹ Licenciado em História/UNICRUZ, Bacharel em Ciências Econômicas/UFSM, Mestre em História/UFSM, Doutorando, PPGH/UFSM. E-mail: aguirredemoraes@hotmail.com

Bases da Educação Nacional – LDB, e desta forma inserir a história do Clube Doze de Outubro no material didático escolar municipal. O objetivo do estudo é inserir a história do Clube Doze de Outubro no material didático do município de Palmeira das Missões, destacando a necessidade de efetivar as leis que tratam da história e da cultura afro-brasileira. A proposta vai além da mera obrigatoriedade legal, ao buscar valorizar o legado cultural, social e político dos negros no pós-abolição. Com a inclusão dessa temática no material didático escolar, pretende-se que ele se torne uma ferramenta efetiva de aplicação das referidas leis no cotidiano educacional. Assim a pesquisa em torno das atividades do Clube Doze de Outubro, desde seus primórdios ao encerramento de suas atividades no início dos anos 2000 será objeto e ferramenta essencial para a visibilidade histórica da etnia negra como parte construtora da história do município.

É necessário compreender a diversidade das relações de convivência dos membros do Clube negro em questão, o Doze de Outubro, com a sociedade local. Palmeira das Missões, região noroeste do Rio Grande do Sul, entre os séculos XVI e XVIII foi administrada por padres da Companhia de Jesus no período colonial; também foi, no século XIX, região de passagem de tropeiros que transportavam mulas compradas na fronteira com o Uruguai para as vender em São Paulo e, durante a Revolução de 1923, foi palco de violentas disputas entre partidários dos líderes políticos Borges de Medeiros e Assis Brasil.

Como o Clube Doze de Outubro foi criado em 1940, na Colônia Chupim, na cidade de Palmeira das Missões, este trabalho vincula-se ao debate histórico acerca da adaptação dos indivíduos oriundos de associações “negras” urbanas, especialmente no que diz respeito à marginalização do negro nas cidades, devido à sua condição financeira, étnica, cultural e religiosa. A discriminação de cunho racial levou a comunidade negra a viver às margens da sociedade, permitindo com que seus membros criassem espaços, como clubes e agremiações que lhe possibilitassem uma atmosfera favorável às suas representações, como foi o caso do Clube Doze de Outubro.

Conforme Chalhoub (2009, p. 18), o “paradigma da ausência” é claro nos estudos em torno das associações negras no noroeste do estado, pois o conceito explanado pelo autor expressa a evidente lacuna em torno da investigação historiográfica para compreender as relações sócias, as representações, identidade e memória que o Clube Doze de Outubro proporciona à historiografia sobre o negro no Rio Grande do Sul, assim como as manifestações religiosas, de matriz africana, que passaram por um processo de apagamento.

Em Palmeira das Missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul, não foi diferente. Nessa região os negros oriundos da extinta Colônia Chupim eram os frequentadores do Clube Doze de Outubro. O evidente lapso histórico referente aos cultos religiosos de cunho africano, que perderam espaço e desapareceram em algum momento entre o êxodo dos moradores da Colônia Chupim no início da década de noventa e a inserção de seus remanescentes no meio urbano da cidade de Palmeira das Missões, se mantém. Assim, aflora a reflexão pautada por uma percepção sócio histórica de disputa por representatividade do agir e pensar dos distintos grupos humanos ao longo do tempo, em uma localidade marcada fortemente pelo catolicismo.

O racismo brasileiro possui algumas características próprias de estruturação e dinâmica em que a discriminação hostil é causadora de exclusão e miséria. Assim possui características divergentes do racismo e intolerância existentes de forma mais explícita como outros países. Nesta perspectiva, seu ataque é por vezes silencioso, velado, sendo o esquecimento da historicidade afro-brasileira um dos seus resultados. O racismo existe, de fato, entretanto uma parcela significativa da sociedade brasileira não está disposta a reconhecer tal existência.

A exclusão racial brasileira, assim como uma figura geométrica poligonal, possui muitos ângulos. O preconceito segue a mesma lógica já que somado a quesitos recorrentes como: econômicos, sociais e culturais, sutilmente a “piada” compõem um eficaz método de expressão do preconceito étnico racial da sociedade interiorana do estado. Sua abordagem se dá em torno das piadas cotidianas que inerentemente exercem o preconceito étnico à brasileira que, sem dúvidas, ultrapassam apenas o sentido de piada, tornando-se uma ferramenta para a manutenção e fomentação do preconceito racial e simultânea “racialização” Albuquerque (2010). Esta abordagem se mostra necessária devido os termos pejorativos utilizados pelos indivíduos munícipes exógenos ao Clube para nomear os sócios frequentadores como por exemplo: “*Os da cor*”, “*Os da Raça*”, “*Clube dos pretos*” ou o nome dado ao reduto de moradia de afro-brasileiros no pós-abolição, a Colônia Chupim. Ambos com sentido depreciativo. Piadas, chacotas, anedotas, gracinhas, jocosidades, chalaças, pilhérias, termos encontrados como sinônimos a piadas, não são apenas diálogos sociais descompromissados, desconformes, desmedidos. Não são banalidades, trivialidades, mas sim instrumentos de perpetuação racista.

A produção e reprodução de “piadas” que não somente sustentam, mas fomentam o preconceito racial por cor, que a priori tem o riso como finalidade, objetivam a posteriori seu malévolos objetivo de manter as barreiras históricas raciais que afligem a população

afrodescendente, mantendo-se cativos desde sua chegada ao atual território brasileiro, até o século XXI. Neste sentido, seria uma contrariedade inserir o estudo da cultura afro-brasileira no expediente cotidiano dos educandários nacionais, mantendo assim a incômoda mazela conflitante entre negros e brancos, a escravidão como foco principal e seus espólios repulsivos do preconceito. Enquanto isso, o esquecimento histórico de toda a movimentação de homens e mulheres negras após a abolição da escravidão se mantem recôndito, abstruso, soterrado nos entulhos do esquecimento voluntário da sociedade discriminatória apoiada por um suposto raciocínio humanista evolucionário.

A contextualização história que dita o “tom” da piada; subjugada as diretrizes históricas de uma sociedade fraciona em diferentes segmentos conflitantes. Sendo homens livres e escravizados, e no, em especial nos anos quarenta, data de fundação do Clube, a herança pungente do período escravocrata é de manutenção da dominação de uma classe sobre a outra no interior do estado, especificadamente o latifundiário e a população de negros e pardos de menores índices financeiros. Neste contexto, os “*da cor*” como eram intitulados os membros do Clube Recreativo e Cultural Doze de Outubro, sujeitos históricos dignos e aptos a receber a denominação de resistência a uma sociedade racista, de ditames colonizadoras do noroeste gaúcho.

Memória e negritude na antiga Colônia Chupim

Primeiramente, acredita-se que o nome da localidade se refere ao pássaro e seu hábito de espoliar ninhos alheios, foi dado aos integrantes do pequeno vilarejo rural como um termo pejorativo por ser ocupado quase que por completo por pessoas afro-brasileiras oriundas da escravidão. Essa alusão teria sido feita por antigos proprietários de escravos para assim rebaixar e menosprezar o local de moradia de antigos cativos da região e seus descendentes (piada). A segunda hipótese teria sido uma analogia a “cor” predominante do chupim ser preto. O que se caracterizava como cor predominante das pessoas que ali viviam. Já a terceira e última hipótese é de que o nome “chupim” seria em alusão ao grande número de pássaros dessa espécie que viviam e sobrevoavam o território onde estava estabelecido o vilarejo.

Sendo ele qual for o motivo do nome, analisar os remanescentes vivos do núcleo rural afrodescendente Colônia Chupim e a trajetória dos seus membros desvendam a origem da criação do Clube Doze de outubro. Assim, identificamos três grandes correntes familiares que residiam na Colônia Chupim: os Amaral, os Silva e os dos Anjos. Sobre o estudo de sociedades rurais de cunho afrodescendente, Barth (2000, p. 31) reflete sobre a importância da

organização étnica: “ao se focar aquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social” sendo que a comunidade quilombola, mesmo que sem possuir essa nomenclatura de forma legalizada, diante as prerrogativas burocráticas brasileiras, se organizam como uma sociedade paralela. As relações antropológicas internas da *colônia* eram embasadas em fortes laços de parentesco entre seus membros, e de dependência econômica aos latifundiários que cercavam o seu entorno. Cronologicamente a Colônia Chupim era o espaço de vez e voz da população afrodescendente após a abolição, e o Clube Doze de Outubro passa a ser esse espaço dentro do perímetro urbano de Palmeira das Missões, devido a onda do êxodo rural que dará fim ao núcleo de moradia rural ainda nos anos oitenta.

A vacância histórica da pesquisa a respeito das mobilizações raciais no estado do Rio Grande do Sul, possuem focos específicos geográficos. No município de Porto Alegre, na região metropolitana em especial, as reflexões em torno da associação Floresta Aurora, localizada na região sul do estado, os estudos para com as associações negras destacam-se no município de Pelotas e seus arredores, entretanto limitam-se a esta região específica. Ainda na região Sul do estado, as pesquisas relacionadas sobre a temática estendem-se as cidades de Bagé, Jaguarão e Rio Grande. Na região central, destacam-se as pesquisas em torno do Clube 13 de Maio, do município de Santa Maria.

Em termos de representatividade e construção de identidade social, Moreira (2019) destaca a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, reconhecida nacionalmente como referência da sociabilidade negra. Localizada atualmente na Estrada Afonso Lourenço Mariante, 437, no bairro Belém Velho, em Porto Alegre (RS), a entidade constitui um importante sustentáculo na afirmação da identidade negra no Brasil. O autor analisa as motivações que levaram a juventude negra escravizada de Porto Alegre a inserir-se no associativismo representativo e coletivo. Criada em 1872, ainda na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, essa forma de associativismo negro, surgida nos anos finais do Brasil Império, relaciona-se diretamente às concepções de representatividade da população negra. Nessa mesma perspectiva, foi fundado o Clube Doze de Outubro, também no Rio Grande do Sul.

A representatividade associativa negra não se restringe apenas a essas localidades no Rio Grande do Sul, no entanto, verifica-se a necessidade de realização de pesquisas científicas em torno de distintas comunidades, agremiações, associações, grupos formais que de alguma forma defrontaram a estratificação social e cultural, para suprir a falta de representatividade, e

o preconceito racial de alguma maneira. No mesmo sustentáculo o Clube Doze de Outubro, foi criado por indivíduos que compunham a antiga Colônia Chupim em Palmeira das Missões. A execução das diretrizes Curriculares Nacionais, étnico raciais e o ensino de História e cultura afro-brasileira na prática, nos educandários locais, deslocam-se em dois fluxos. Compreender apenas o período de escravização da população negra é de fato simplista e genérico, pois resigna o fim da escravidão como um fim, um apagar de luzes da história negra. O segundo ponto é a valorização e conhecimento da história local da cultura afro-brasileira, para que tenha sentido a afirmação em torno de sujeitos de sua própria história. Assim, conforme Domingues (2009, p. 233) “urge, também, ampliar o recorte espacial e pesquisar essa temática em outras cidades e regiões do Rio Grande do Sul” não se limitando a pesquisa sobre temática apenas em núcleos urbanos maiores.

Desta maneira, conceituar e refletir alguns pontos da história negra na região sulina brasileira é indispensável para a melhor compreensão do assunto. A abolição da escravidão no Brasil, foi o resultado de pressões internas, conforme afirma Alonso (2011, p. 4) sobre a dimensão das associações antiescravistas que pressionaram pelo fim da escravidão, como as “177 associações no Rio de Janeiro, conforme registros no Conselho de Estado” datadas por volta de 1870. Em outras localidades Baianas como a *Sociedade Philantropica*, *Sociedade libertadora* e a *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*. No atual Rio Grande do Sul, Moreira (2019) destaca-se a *Sociedade Promotora de Emancipação de Escravos na Província*, e *Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora*, que compunham o conglomerado de associações que pleiteavam por meio de panfletos, jornais, manifestações o arcabouço de pressões para o fim da escravidão no Brasil. Ainda nesta esfera, Kodama (2008) destaca no Rio de Janeiro a *Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Indígenas* que compunham a gama de compressão contra a escravidão.

Mesmo assim, por meio de pressões por mudanças na formatação organizacional da sociedade brasileira, e mesmo após o fim da escravatura, tais movimentos não decretaram um fim por completo à incrédula situação daqueles egressos do cativeiro. Mesmo que legalmente já não existisse mais escravidão após o 13 de maio de 1888, as mazelas deste período continuaram pairando sobre os negros libertos. Por um período as discussões sociais pairavam sobre o papel político, social daqueles que vivenciaram a escravidão por cor Moreira (2019) afirma que a questão medular se dá entre a relação emblemática que se estabeleceu com a abolição entre os libertos e aqueles que os conheceram exclusivamente como escravos.

Diante da escassez de documentação sobre a Colônia Chupim e o Clube, o foco da reflexão será conduzido com base em depoimentos orais dos residentes daquela localidade e dos frequentadores do clube. A utilização da história oral como método central de análise de grupos étnicos minoritários revela-se um desafio significativo. Entretanto, construir as narrativas em torno das histórias por eles contadas, por vezes, é o único método possível de ser utilizado para recuperar a história de grupos, entidades ou organizações sociais que sofreram com os “rigores” do tempo.

A história oral trata-se da ferramenta de reflexão baseada na interação humana para objetos de estudos que já não possuem uma documentação organizada ou que já não possuam ou nunca tenha tido documentos que retratem sua dinâmica e existência. Por vezes pela ação de agentes internos ou externos ao objeto de pesquisa aliados ao passar do tempo e descaso com sua documentação. Narrativas orais não são nem mais nem menos irreais que outras narrativas. Afinal, cada narrativa parte de um princípio fundamental do ponto de vista daquele que a narra, pontuando sua concepção de mundo e experiências vividas com base em sua subjetividade. O objeto abordado está vinculado ao prisma daquele que o aborda e suas percepções históricas do meio em que vive. A história oral considera a subjetividade interpretativa dos acontecimentos do sujeito da ação histórica por meio de sua memória. As experiências e memórias dos indivíduos possuem um papel relevante na construção histórica social, utilizando “o cotidiano das pessoas comuns, tornando legítimas as fontes orais, os relatos pessoais e os testemunhos” (Perazzo, 2015, p. 125).

Todavia, em discordância a visão de que dedicar-se a história do tempo presente tenha de forma simplória apenas o intuito político, é incongruente. Tendo em conta que toda a pesquisa histórica em torno de um objeto atual possui uma faceta histórica, alinhada a visão social e cultural da pesquisa, visto que a prerrogativa da reconstrução da história do tempo presente é essencial para a compreensão do transcurso temporal. Esses estudos possuem como foco essencial a vida cotidiana, familiar, religiosidade, hábitos, por meio da memória daqueles que lá viveram.

Os sujeitos históricos são compostos pela população que faz a história no cotidiano, no seu trabalho, em seu momento de lazer, em instituições, podendo ser eles marginalizados ou segregados. E essa decisão narrativa é revelada e contextualizada por meio da história Oral. Assim, a história afro-brasileira não é exógena a realidade da população como um todo, pois é embasada na realidade social de rupturas e permanências enraizadas na vida cotidiana em meio as reações e expressões da população.

Diante da história oral, adentramos por um viés singular os holofotes da pesquisa em torno de memórias e narrativas. É necessário balizar a utilização da metodologia para retratar a história por meio de memórias e narrativas dos agentes históricos excluídos dos relatos tradicionais impreterivelmente de cunho e expressão dos valores caucasianos eurocêntricos. Assim, essa fonte histórica preza pela fala dos indivíduos, suas lembranças e narrativas que denotam questões a serem reveladas na composição da história. “Circunstâncias que não seriam registradas se não fosse os empenhos de oralistas” (Khoury, 2001, p. 154). A memória aplicada, por meio do planejamento e de seu cultivo enquanto método de pesquisa científica, resulta, consequentemente, na preservação da lembrança dos membros do extinto clube social, os quais, com frequência e entusiasmo, enaltecem o período áureo de seu pleno funcionamento. Um “lar” é a expressão corriqueira utilizada durante os diálogos com seus antigos frequentadores para definir esse local de memória. Então “como parte de um todo, cada entrevista ganha condição de corpo e alma, dado que se constitui uma realidade em si, mas também integra o projeto maior que, aliás, confere-lhe sentido coletivo” (Meihy, 2021, p. 20). Mesmo que em história oral, não se busque veracidade históricas de formato indiscutíveis, mas sim se busca a sua versão histórica, narrada de maneira impar por cada entrevistado. Na conjuntura dialógica de dar sentido as entrevistas, e sua operacionalidade e motivações, do objeto, que na corrente pesquisa visa o Clube Doze de Outubro e sua dinâmica de atuação. E assim nos questionarmos; para quem? E por quem? As narrativas averiguadas tem destinação, para além de vislumbrar sua versão da história que até então paira sobre as brumas do esquecimento por não ter sido construído merecido contorno gráfico científico.

Memória e Identidade: essência do Clube Doze de Outubro em Palmeira das Missões

A definição da imagem lembrada do passado, o que se conserva da memória de um local em um determinado período é definido por meio de um jogo de interesses daqueles que o lembram. O passado existiu concretamente, mas é acessado pela história através de suas representações por meio da memória que passam a ser mutáveis diante do ordenamento de sua classe social e demais características, como grupo pertencente e etnia. A memória do clube Doze de Outubro está ligada a memória de seus antigos membros, que participaram de alguma forma durante seus anos em funcionamento. Porém, a pesquisa acadêmica configura-se como o método capaz de transformar a memória em conhecimento histórico acerca da ação cultural afro-brasileira no pós-abolição, no século XX, possibilitando a inserção da reflexão sobre a história étnico-racial nos moldes da Lei 10.639/2003 e, posteriormente, da Lei 11.645/2008.

Conforme os testemunhos, colhidos a partir de depoimentos dos remanescentes ainda vivos do Clube Doze de Outubro, o mesmo foi criado com o único e primordial intuito de que homens, mulheres e crianças negras possuísem um local de confraternização e socialização no município de Palmeira das Missões, na data que dá nome ao clube, no ano de 1940. A fundação do clube foi de suma importância para a população afro-brasileira local, já que os dois clubes existentes na cidade, o “Comercial” e o “Seis de Julho” não aceitavam afro-brasileiros como sócios, membros ou frequentadores desses espaços. Assim, a criação do clube representou uma estratégia de resistência e sobrevivência, consolidando-se como um espaço seguro no qual a população negra palmeirense pôde enfrentar o racismo e assegurar sua identidade. O clube Comercial era composto pela classe alta (financeira) local, caucasiana, vinculada ao catolicismo e latifúndio. E o clube “*Seis de Maio*”, nome firmado mediante a data de emancipação do município, era composto basicamente por comerciantes urbanos também de orientação católica caucasianos, que por motivos “raciais” não aceitavam afro-brasileiros em suas atividades. A própria exclusão foi o combustível para a criação do clube Doze de Outubro.

Não se pode deixar de destacar, ao se posicionar sobre as classes sociais, a luta entre as diferentes dinâmicas sociais, como observa Mac Cord (2014) ao associar os conceitos de raça e classe em uma perspectiva da história do trabalho. Ser negro era motivo de exclusão e, na batalha contra a segregação, surgiram as entidades mutualistas formadas por homens e mulheres negras. Nesse contexto, a burguesia entrelaçava-se em suas entidades associativas para proteger seus interesses, enquanto os trabalhadores também passaram a se organizar segundo sua classe, pois acreditavam ser imprescindível para a sua defesa. A formação da consciência de classe não se daria estritamente em sindicatos trabalhistas ou partidos políticos, mas também nas associações. Entidades que, devido à combinação de classe social divergente e cor, não compunham os quadros das organizações das elites. Nessa esfera trabalhista, o Clube passa a configurar-se como um espaço de sociabilidade e expressão da vida cotidiana dos trabalhadores.

O resgate de registros, atas e jornais da época deu voz à memória desses trabalhadores negros, até então excluídos, e conferiu consistência à análise do associativismo trabalhista negro. Quanto a essa memória, proveniente sobretudo da história oral, Amado (1995, p. 130) ressalta que o entrevistado não constrói um relato da história de forma direta, mas “em torno dela, mesclando acontecimentos verídicos, existentes no movimento, com tramas, nomenclaturas e simbologias de antigas tradições, assimiladas localmente”. Contudo, a

narrativa daqueles que reconstroem a história não deve ser direcionada apenas aos fatos, mas sim à trajetória, a qual permite compreender como os grupos sociais e étnicos contrastam e se definem a partir das experiências que compartilham.

A memória social em sua complexidade teórica, possui, em sua definição da memória, o lastro de estar em um “campo de disputa” entre os agentes sociais. Quem lembra? O que se lembra? E sobre quem será lembrado? São questionamentos decididos pelo embate político, social, econômico, entre outros fatores diretamente destinados aos interesses daqueles que possuem o “poder” de definir aquilo que se lembra e aquilo que se esquece. No Brasil, existe um predomínio em deslembrar o percurso dos negros, suas reivindicações, vitórias e conquistas, Pinsky (2015) afirma sobre o deslembrar que “assassinar a memória, escondendo o problema, é uma forma de não resolve-lo.” Mas principalmente da sociedade brasileira admitir a responsabilidade a respeito das transgressões realizadas no passado, segundo Souza (2016). Assim, não se admite, ou reflete, logo não é lembrado, deixando o legado negro ao esquecimento da história. Costa (1996, p. 84) elucida que “o Estado se apropria da História, controla e manipula o entendimento do processo histórico, confunde a noção de temporalidade e impinge o esquecimento”, desta forma garantem-se como os “senhores da memória” e consequentemente a dominação do que se lembra e o que se esquece.

Assim, devido as distinções sociais do jogo da memória, aqueles que foram silenciados na história, não fazem parte de um recorte respaldado na ciência caem no esquecimento da memória coletiva, por pertencerem a classes sociais de menor poder financeiro. Evidências que viabilizam afirmar o significado histórico dos clubes sociais que pode ser demonstrado por meio da memória de seus membros, enquanto estiveram ativos nas suas respectivas cidades do interior do estado.

Segundo Trouillot (apud Zuker, 2018, p. 219), ao refletir sobre o apagamento de memórias e a compreensão dos silenciamentos da história, “grupos em disputa contribuem de maneira desigual às construções narrativas sobre o que aconteceu, por terem acesso desigual aos meios de produção da história”. O viés dessa perspectiva está embasado na lógica do poder, em que o detentor da autoridade narra conforme seus interesses o que ocorreu e como ocorreu, apagando a memória daqueles que não compunham o seu grupo e relegando à versão predominante o lugar de “luz da história”, em detrimento das demais.

Nesse sentido, o autor haitiano delimita dois modos de produção da história: o positivismo tradicional, que evidencia aquilo que efetivamente ocorreu, e a perspectiva construtivista da historiografia, que destaca as demais narrativas possíveis. Assim, estabelece

a distinção entre o que de fato aconteceu e o que se diz sobre o que aconteceu. Quando o discurso sobre a história é negado, trata-se de um “assassinato da memória” e de seu respectivo apagamento.

A memória de um fragmento da sociedade de menor influência econômica e respectiva representatividade nos documentos oficiais torna-se frágil por estar longe do interesse da sociedade elitista oligárquica. A memória dos espaços de sociabilidade dos negros também é um campo de litígio, de batalha, de conflagração sobre aquilo que se quer lembrar, recordar, comemorar, relembrar. Essa parcela específica da sociedade “batalha” pelo seu registro, pelo reconhecimento do seu passado.

Sobre a memória como um fenômeno, Pollak (1992) a descreve como fruto de uma construção individual/coletiva e seu resultado de um verdadeiro trabalho de organização. A memória é seletiva, direcionada pelos interesses e preocupações de seus agentes, isso faz com que a organização da memória seja processada em prol das divergências e inquietudes das pessoas que a moldam. Assim, a memória é um fenômeno construído. Como afirma Halbwachs (1990, p. 54) “se eu quiser reconstruir em sua integridade a lembrança de um tal acontecimento, seria necessário que eu juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que é o objeto entre todos os membros do grupo”. Por que a história oral é diferente? Essa indagação é satisfatoriamente respondida por Porteli (1997, p. 27), quando diz que “as fontes orais nos dão informações sobre o povo iletrado, ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida.”. A história oral revela seu grande calibre na tentativa de reavivar parte da história negra do estado do Rio Grande do Sul, que por muito tempo foi (e permanece) martirizada pelo preconceito e pelo esquecimento.

A história da negritude brasileira é, periodicamente, negada nos documentos oficiais existentes até então. O Clube Doze de Outubro não escapa à regra, pois se encontra desativado e seus registros desorganizados e esparsos, muito distintamente dos tempos áureos que já viveu. A negação da negritude contribuiu para que o Clube fosse relegado ao esquecimento e ao abandono; um esquecimento que não se refere apenas a um espaço de sociabilidade, mas também à memória de um grupo de associados negros daquela comunidade.²

² Sobre as discussões na utilização do conceito de “etnia” e “raça”, destacamos a relevância da análise de Guimarães (2011, p. 266) no qual descreve que no século XIX e no início do século XX, destaca sobre a motivação imperialista da utilização de “raça” no Brasil. Consciente desta questão o autor afirma que “o mais importante para o ressurgimento da raça, enquanto classificador social, se deu com sinal invertido, isto é, como estratégia política para incluir, não para excluir, de reivindicar e não de sujeitar. São os movimentos sociais de jovens pretos, pardos e mestiços, profissionais liberais e estudantes, que retomaram o termo, para afirmar-se em

No intuito de recuperar a história do Clube Doze de Outubro e, por conseguinte, buscar compreender o modo como se constituíam as práticas culturais e sociais daqueles esquecidos pela história devido à sua cor, buscamos garimpar entre os associados daquele clube o que ainda restou daquelas memórias.

A criação do clube social Doze de Outubro fortaleceu a autoestima e as identidades negras da população palmeirense. O Clube era destinado a negros, pardos e mestiços, porém, pelos relatos de seus antigos sócios, as portas estavam abertas para todos. Mesmo dentro do próprio clube, não existia uma homogeneidade religiosa, dividindo os seus membros entre cristãos e religiões de matriz africana, por exemplo. No entanto, concordavam em conceber o clube social negro como local de preservação de sua cultura, principalmente devido ao fato de que os demais clubes sociais do município apresentavam barreiras financeiras e sociais que impedia a participação desse grupo étnico. O clube, já desativado há aproximadamente dez anos, teve seu auge nas décadas de 1980 e 1990, promovendo festas, réveillons, reuniões, carnavais e, principalmente, a cultura étnica dos negros do município.

Nesse sentido, Escobar (2010) afirma que “não existe cultura sem etnia, e etnia sem cultura” e o clube merece seu devido lugar na História. No entanto, os enfrentamentos para resgatar sua história são ímpares. Já que toda sua trajetória documental, principalmente em fotos, atas e registros bibliográficos estão fragmentados em acervos particulares de seus ex-sócios. Estamos buscando dar a devida organização desse material para estudo científico, pois é de suma relevância, tem potencial para reconstruir o passado glorioso e historicamente fundamental do Clube Doze de outubro. Neste sentido, Martins (2018, p. 02) afirma que “devemos, assim, procurar por lugares marcados por resistência e negritude, onde ainda permanece viva a história oral.”. A história oral passa a ser um cabedal de conhecimentos e informações sobre a dissolução da comunidade rural negra Colônia Chupim e a criação do clube.

Em uma perspectiva patrimonial, o clube representa os tempos dourados de um grupo social, sendo um bem cultural com traços modernos, no entanto enfrenta preconceitos por não possuir o mesmo “glamour” de construções coloniais ou modernistas. Caso semelhante denuncia Meira (2008, p. 330) sobre as casas de madeira simples de origem italiana e a acusação de que “a arquitetura das casas simples de imigração era pobre, e deveria ser estudada se seu tombamento era viável”. Assim como essas construções de origem italiana

sua integridade corpórea e espiritual contra as diversas formas de desigualdade de tratamento e de oportunidades”. Entretanto ciente das reflexões em torno da utilização de ambos os conceitos optamos pelo uso de “etnia”.

enfrentaram forte preconceito por sua simplicidade arquitetônica, as construções de origem étnica negra sofreram e sofrem o mesmo preconceito potencializado pela questão racial. Não obstante, ambas as edificações são de suma relevância cultural e histórica para a construção da identidade de sua gente.

Reconhecer, preservar e valorizar o Clube Doze de Outubro o torna um local de memória e simbologia para a história étnica negra da região. De modo fragmentado, garimpando por entre arquivos e acervos privados no município de Palmeira das Missões, parte da história do clube e de seus membros poderá ser reconstruída.

Os clubes negros, analisados na perspectiva de Arévalo (2004, p. 929) como patrimônio, tornam-se locais de “símbolos e representações dos lugares de memória.”. Sendo assim, no contexto histórico em que o clube foi criado e sua finalidade o colocam em meio a uma fervorosa batalha. De um lado, o patrimônio católico e a cultura das elites e do outro o frágil patrimônio da sociedade democrática. Esse conflito é definido por quem possui o poder político, econômico e social a seu favor, deixando, assim, a narrativa dos negros deslembreadas.

Esta análise transita tanto à historiografia sobre a memória dos afrodescendentes, locais, quanto às relações análogas de representatividade e poder. Diálogos e reflexões a respeito da abordagem histórica em torno do afro-brasileiro, quanto à relevância da *história oral*, sobre a qual Thompson (1987, p. 40) alude: “a voz destes sujeitos surge-nos de modo tímido, enviesado, sobretudo em função de que a dita cultura popular é intensamente marcada pela oralidade”.

Neste sentido, a perda da memória coletiva está ligada diretamente a perda de uma identidade ou a falta dela. O processo de amnésia suprime a memória. Seria ingenuidade culpar o acaso como mentor da amnésia da memória coletiva. As discordâncias entre os agentes sociais determinam o percurso da memória coletiva. Assim, durante a história humana é evidente a luta entre as forças sociais pelo controle da memória coletiva, os detentores da memória e do esquecimento. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (Le Goff, 2003, p. 369). Esse desenvolvimento contemporâneo da memória evidencia sua importância na preservação da lembrança de grupos sociais que têm na oralidade sua principal base de transmissão.

Porém, se mantém refém da instabilidade e maleabilidade da memória diante a ação do tempo. A demanda de interrogações sobre a “memória” é extensa, já que a mesma é subjetiva. Todavia essa constatação não deprecia seu valor para a construção histórica, principalmente

por se tratar de interpretações de momentos históricos feitos por grupos sociais que tem apenas na oralidade sua vívida história.

Os estudos sobre o papel do esquecimento utilizado como instrumento de segregação, orientada pelos agentes sociais detentores do poder político, econômico e social. Sendo esse esquecimento o motivo cabal para as apelações de justiça de restabelecer os “esquecimentos” do século XX na historiografia afro-brasileira. Por esse ângulo, o esquecimento cultural e religioso passa a ser o “carro chefe” do esquecimento das classes urbanas de origem escravizada. Primeiramente a cultura dessa parcela populacional passa a ser esquecida e aculturada pelos agentes sociais responsáveis pela visibilidade cultural e científica que representam a classe de maior poder financeiro. Em segundo, as religiosidades de matriz africana são continuamente marginalizadas pela sociedade de caracteres caucasiano, europeia cristã.

Ao se tratar de cultura e memória como ferramenta de preservação cultural, enfatizamos as práticas discursivas e seletivas que moldam e preservam a cultura. Em contrapartida ao esquecimento cultural aplicado às camadas de maior vulnerabilidade social, geralmente vinculadas há um passado escravocrata, há a seletividade ao conservar a memória, assim como qualquer outra memória, étnica, local, paisagística, cultural de meios urbanos ou rurais, que enfrenta a “seletividade”. A indagação nevrálgica está nos critérios utilizados pela seletividade e seus agentes. Os agentes sociais que irão tomar as decisões por meio de critérios pré-estabelecidos do que se deve lembrar por meio da memória e do que se deve esquecer.

Figura 1 - Fundação do Clube Doze de Outubro, Palmeira das Missões (RS) 1940.



Fonte: Acervo pessoal da família Nunes.

A identidade e representatividade do Clube Doze de Outubro pode ser identificada/denotada na a foto em preto e branco acima, datada de doze de outubro de 1940, na festa de comemoração de inauguração da sua segunda sede física. Com base na trajetória do Clube 13 de Maio, inicialmente situado na Rua Pinheiro Machado, nº 976, no bairro Maragatinho, e posteriormente transferido para a Rua General Osório, nº 1060, é possível compreender as transformações em sua estrutura social e espacial.

A fotografia da figura 1, é repleta de sentidos para a análise histórica e cultural, pois retrata um momento especial da vida social do Clube Doze de Outubro, a sua inauguração em 1940. Os instrumentos: saxofones, acordeão, bateria e percussão, evidenciam a importância da música como elemento central da vida comunitária e festiva do clube. Ao fundo, o bumbo com a inscrição “Jazz 12 de Outubro” remete à tradição das jazz bands que marcaram as décadas de 1940 a 1960, trazendo forte referência à influência da cultura musical afro-americana na música afro-brasileira.³

Atualmente o clube encontra-se no mesmo local, entretanto, em uma outra estrutura predial, construída durante a década de 1970. Na fotografia acima, aparece Antônio Nunes,

³ DOMINGUES, Petrônio. **De Nova Orleans ao Brasil: o jazz no Mundo Atlântico**. Revista Brasileira de História, v. 40, n. 85, p. 171-192, 2020.

conhecido como “Antoninho”, palmeirense e funcionário público, tocando gaita. Ele esteve vinculado à Escola Celeste Gobatto (escola agrícola) e exerceu, por mais de vinte anos, a presidência do Clube Doze de Outubro. De 1960 até início dos anos oitenta e seu respectivo óbito na corrente década. Durante toda sua vida manteve o clube em funcionamento para aqueles que necessitavam de representatividade e construíram ali sua identidade afro-brasileira.

A fotografia, que retrata homens negros em um clube democrático que os acolhia, localizado no centro de Palmeira das Missões, representa um verdadeiro ato de resistência, de coragem e de objeção ao status quo da sociedade dos anos 1940, ainda fortemente vinculada à memória de escravizados libertos e de seus antigos proprietários. A existência de um clube negro no coração da cidade era, no mínimo, algo exógeno e incomum no ideário local.

Devido a sua gênese, o Doze pleiteou na formação da identidade afro-brasileira no pós-abolição, já que a convivência social entre brancos e negros não era cadenciada ou equivalente, mas sim discriminatória na maioria das circunstâncias. Negando uma relação de convivência harmoniosa entre negros e brancos, e assinalando evidências do forte racismo que o negro é padecente no Brasil, Nascimento (2016) destaca a existência de um processo de racismo mascarado em torno de um efêmero conceito de democracia racial que não existiu efetiva e plenamente, no qual brancos e negros conviveriam harmoniosamente.

Este racismo apresenta-se em múltiplas facetas. Entre elas, está o chamado racismo recreativo, que problematiza a relação entre racismo e humor, evidenciando a omissão jurídica brasileira diante de produções culturais que possuem salvo-conduto para reproduzir estereótipos racistas sob a justificativa do caráter humorístico. Uma forma de ofensa racial, “piadas que retratam a negritude como um conjunto de características esteticamente desagradáveis e como sinal de inferioridade moral não são os únicos temas do humor brasileiro referente aos negros. Há também aquelas que os retratam como animais ou criminosos.” (Moreira, 2019, p. 465). Tais representações de racistas, produzidas majoritariamente por pessoas brancas, raramente são questionadas judicialmente, e, quando o são, acabam sendo julgadas por instâncias compostas, em sua maioria, também por pessoas brancas. O disfarce, a mascarada humorística não limita e sim propaga e mantém legalmente o racismo no Brasil.

A estética negra, é corriqueiramente alvo do racismo recreativo, e os concursos de beleza realizados no Clube Doze de Outubro andavam na contramão desta perspectiva. É pertinente refletir de forma comparativa a questão em torno do *embranquecer* a população

brasileira, não somente com a nomenclatura de mestiço, negando a negritude, mas também com o ataque às práticas culturais e religiosas negras. Na esfera de combate ao embranquecer e seus padrões, os concursos de beleza negra realizados no Clube merecem destaque na discussão sobre representatividade. Pois eram neles que a estética negra era valorizada em concomitância com sua cultura. O Clube promovia durante o carnaval concursos e premiações para rainhas e princesas jovens, adultas e idosas.⁴ Fora do período de carnaval era promovido o concurso anual “A mais bela negra” (figura 2), que comungava para a valorização do estereótipo de beleza das mulheres negras de Palmeira das Missões. A menção aos concursos de beleza negra também é mencionada por autores como Silva (2016).

Figura 2 – Concurso: A mais bela negra de 1998.



Fonte: Acervo do jornal A Madrugada.

Os acontecimentos envolvendo as manifestações da cultura negra como um todo, demonstram que durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XX, a população negra, migrante da Colônia Chupim, tinha no Clube a possibilidade de construção de sua identidade, como no caso supracitado de concursos de beleza. Já que seu modo de vida e manifestações culturais e religiosas continuamente foram apagadas da história do município, já que outros clubes da Época como o Clube Comercial ou o Clube do Comercia não aceitavam a participação de pessoas negras. E importante salientar este papel singular do Clube Doze de

⁴ Informação relatada nas entrevistas realizada com a família Nunes, juntamente com a disponibilização de seu acervo fotográfico.

Outubro. Esses fatos, por si só, demonstram que o mito da harmonia racial/social, mesmo que mais de setenta anos após a abolição da escravidão, não se consolidou em vias de fato.

No tocante à questão do desaparecimento, a respeito das relações sociais brasileiras, Nascimento (2016, p. 70) afirma que “tradicionalmente espera-se que os negros sejam gratos aos brancos por generosidades que lhes foram concedidas, e que continuem dependendo dos brancos que agem como patronos e benfeitores deles.” Entretanto, essa ideia é básica e simplista do negro como um personagem passivo de sua própria história. Por meio de uma visão divergente o Clube Doze de Outubro, promove o negro a sujeito ativo de sua própria história, pois lutou por seus direitos jurídicos, sociais e tratou de promover sua cultura. Mesmo que, devido ao trabalho, estivessem atrelados a uma elite caucasiana e latifundiária que renegava as manifestações culturais e religiosas, aos negros de Palmeira das Missões, aqueles provenientes da Colônia Chupim e membros do Clube, com entusiasmo pleitearam a manutenção de suas características étnicas e sua sobrevivência cultural, em uma situação em que sustentar seus ideais é um ato sólido de resistência.

Para que não caia nas brumas do derradeiro esquecimento, a manutenção da memória de uma comunidade através da continuidade dos membros da comunidade, se não passar da oralidade para a escrita científica, caminha a passos largos para o esquecimento absoluto. Enquanto guardião do seu patrimônio, comunidades tornam-se esteios, pilstras dessa memória. O colossal desafio está no processo de que as comunidades compreendam a importância, o significado de sua memória histórica para a comunidade científica e o local a qual ela está vinculada.

A identidade perpassa pela autoafirmação, certificação, autoconfirmação em que os indivíduos de uma comunidade ou localidade, tanto individualmente quanto em layout coletivo, determinam-se requisitando assim sua identidade. Já a diferença transpassa o “eu”, alocando-se no outro, uma determinação em que o outro lhe atribui valores indenitários. No quesito objetivo a asserção do Doze de Outubro, divide-se na construção da identidade por seus membros e suas práticas. A visão dos demais munícipes em relação ao Clube manifestava-se na alcunha “Clube dos da cor”, atribuída pelos integrantes dos outros dois clubes sociais então existentes em Palmeira das Missões: o Clube Comercial e o Clube Centenário, contemporâneos ao Doze de Outubro.

Analisar experiências semelhantes de clubes negros em outras regiões, em comparação ao caso supracitado, é pertinente pelo cruzamento de vivências, distanciamentos e aproximações nas formas de organização dos afrodescendentes no pós-Abolição. Nesse

sentido, destacam-se as sociedades recreativas Cruz e Souza e União Operária, em Laguna (Santa Catarina), que, conforme Rosa (2017), estavam situadas na região central do município — assim como o Clube Doze de Outubro, cuja sede localiza-se na rua General Osório, nº 1060, no centro de Palmeira das Missões. Em ambos os casos, os clubes sociais, majoritariamente compostos por indivíduos negros, não estavam em áreas periféricas ou de difícil acesso, mas sim em locais centrais, o que configurava uma afronta ao domínio espacial e financeiro das elites locais. Dessa forma, produziam uma estrutura identitária em espaços de visibilidade, desafiando o controle territorial da elite dirigente.

Outro clube que atuou na seara da representatividade negra foi o Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio, localizado em São Carlos, estado de São Paulo. Assim como as demais associações negras já mencionadas, tinha como objetivo o fomento e a construção de uma identidade negra no pós-Abolição, configurando-se como um dos “espaços de sociabilidade afrodiaspórica [que] forjaram elementos essenciais para os processos de identificação e sociabilidade dos negros” (Sousa, 2018, p. 15). O clube, portanto, carregava as marcas de seus frequentadores e, ao mesmo tempo, os influenciava em sua forma de ser e se reconhecer.

A construção histórica de identidade realizada por um determinado grupo social perpassa pelo sentido que aquilo lhes proporciona, que lhes une a um determinado local ou circunstância que venha a se tornar um referencial cultural que lhes represente. Em conformidade com De Almeida (2018), de que as identidades “poderiam ser concebidos como materialização da memória popular que simboliza o elo entre o homem e seu meio social construído através dos anos”, afirmamos que a construção social de uma identidade própria, é formatada por variáveis em constante choque em seu meio social. Devido os interesses dos segmentos sociais. Assim dá à “luz” a identidade histórica de um determinado grupo, sendo ela o elo que conecta a memória popular ao meio social. Já que preservar sua identidade é um ato de resistência, ou seja, resistir por meio da manutenção de suas raízes culturais. O contraste se estabelece na construção e manutenção de sua identidade, sustentada pela contestação, a qual mantém pulsante a memória social.

Considerações Finais

O clube Doze de Outubro está inserido em um cenário de forte intervenção cultural, religiosa missioneira, católica e latifundiária. Sua distinção enquanto clube se dá pelo espaço que oferecia para a parcela excluída dos demais locais de representação social do município de Palmeira das Missões que encontravam no Clube espaço de salva guarda; salva conduta

para expressões culturais, sociais e religiosas, o que gera a conjuntura para a idealização do clube e a busca por espaço e representatividade negra mediante a exclusão de uma elite local. O esporte foi um meio de agremiação de relativa eficiência e utilização clube Doze de Outubro. Todavia, será averiguado com maior tenacidade futuramente. Assim, o “Doze”, faz parte de uma fração do arcabouço de clubes sociais que compõem a história do negro no estado do Rio Grande do Sul.

A análise em questão problematiza o pós-abolição como um processo marcado por um esquecimento histórico intencional. A reflexão evidencia que os clubes do interior do Rio Grande do Sul não se desenvolveram apenas sob a hegemonia católica, europeia e branca. Entre acertos, desafios, festejos e falhas, constituiu-se, ao longo do pós-abolição, a identidade afro-brasileira gaúcha. As tardes de domingo eram destinadas a toda a família, sem distinção de idade, o que possibilitava também a participação das crianças. A família do presidente do clube, Antônio Nunes da Conceição, carinhosamente chamado de “Antoninho”, juntamente com sua esposa, Geonina Ochôa da Conceição, a filha do casal, Cleide Nunes da Conceição, e a sobrinha, Tereza Nunes da Rocha, organizavam as matinês dominicais, transformando-as em um espaço de convivência comunitária e em um verdadeiro local de memória para a população ligada ao clube.

Contudo, os clubes sociais não se limitavam a espaços de sociabilidade ou a festas eventuais: constituíam-se também em importantes centros de afirmação identitária e cultural das famílias negras do interior do estado. Em uma perspectiva que pondera o pós-abolição como um problema histórico devido a marginalização do negro por meio do preconceito e barreiras a sua formação da representatividade, cultural e social impostas por uma elite branca embasada em um passado escravocrata, a comunidade negra tinha em suas agremiações carnavalescas e esportivas “espaço” para discussões em torno não somente de festejos, mas também em torno da qualidade de vida de seus associados e ajuda mútua.

Os concursos de beleza, proporcionados pelo clube possuíam em sua essência o mesmo viés, de não ser somente um concurso de beleza ou carnavalesco, mas sim de promover o “Novo Padrão de beleza estético” Loner (2009), o que realmente estava em pauta, era a batalha por “espaço” de representatividade, de legitimação do padrão de beleza afro-brasileiro em choque com o caucasiano existente não somente no passado, mas no presente histórico. A afirmação de um novo padrão que não fosse o caucasiano, que de uma forma ou de outra banhado pelo preconceito para com as comunidades negras do pós-abolição fez com

que clubes destinados aos afro-brasileiros fossem um verdadeiro *palco* na formação de uma identidade para seus membros.

O Clube recreativo e esportivo Doze de Outubro de Palmeira das Missões (RS), o “Doze” denominado por seus membros, faz parte do arcabouço de clubes sociais para negros e pardos que contribui para a formação da identidade negra no município dos anos 40 aos anos 2000 do século XX. Suas peculiaridades como clube esportivo e valorização estética negra na região norte/noroeste, a memória de seus membros remonta parte da trajetória negra em meio uma região marcada pelo missionarismo católico e a agricultura extensiva, componentes distintos as pesquisas já realizadas em torno de outros clubes sociais. O patrimônio intangível dos afro-brasileiros é um “elo” de sua história que possui suas fragilidades. Entretanto o patrimônio intangível toma forma nos carnavais, concursos de beleza, festejos e apresentações, que como um todo enaltece e evidencia o modelo de beleza e de festejos de negros e pardos marginalizados devido sua posição financeira mediante a elite católica latifundiária municipal.

Os bailes voltados à população negra, assim como o associativismo em sua totalidade, constituem-se, conforme Albuquerque (2010), em formas de enfrentamento à racialização presente na sociedade de seus respectivos contextos históricos. O intuito central do estudo da memória na pesquisa corrente, segue a perspectiva conforme Araújo (2007) de que a nova historiografia procura conceder espaço aos indivíduos que não estão em registros documentais, com foco na história dos grupos “apócrifos” da história do Rio Grande do Sul.

Na prática, os livros didáticos e os materiais pedagógicos de apoio abordam de forma insuficiente a temática afro-brasileira, limitando-se, em grande parte, a datas festivas ou simbólicas, como o 13 de Maio ou o 20 de Novembro. Limitando-se a etnia negra quase que exclusivamente como escravizados, mão de obra durante os ciclos econômicos do Brasil Colônia e Império até o fim da escravidão, já no final do século XIX. A partir desses marcos históricos, o hiato se acentua, como se a cultura afro-brasileira se limitasse apenas ao carnaval. No caso local averiguado, até mesmo a festa popular carnavalesca sucumbe as brumas da história daqueles que a escrevem. Sendo que emergir das profundezas do esquecimento histórico proposital de uma sociedade excludente é essencial para aproximar a lei 10.639/2003 e a 11.645/2008 da prática escolar.

Partindo do pressuposto de que as leis supracitadas têm como objetivo tornar obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, observa-se que, mesmo sancionadas no início do século XXI,

elas ainda enfrentam um desafio singular em sua efetivação. Não apenas a obrigatoriedade, irá inserir o estudo da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, é necessária a produção de pesquisas e estudos que tenham como finalidade a temática afro-brasileira no pós-abolição, na qual os negros possam ser reconhecidos por seu legado cultural, por sua contribuição sócio-política e não apenas como escravizados, pois como cidadãos brasileiros possuem metas, objetivos, lutaram em organizações que travaram intensos debates sobre sua colocação numa sociedade que lhes oprimia.

Para que se promova políticas educacionais que se posicionam firmemente contra o racismo histórico, é indispensável que se conheça a história de negros e negras sujeitos de sua própria história, que lutaram contra o preconceito racial, foram atuantes em um Clube que lhes permitia ser e construir sua história e do local em que residiam. Assim, este esboço a respeito da história da etnia negra no município de Palmeira das Missões no pós-abolição tem o intuito de fazer parte da 3ª edição do material didático escolar do município.⁵ Esse material visa contemplar a história local e servir de apoio para as escolas. Pois a questão dos negros é abordada somente até o fim da abolição da escravidão, e posteriormente a este acontecimento a participação de homens e mulheres negras na história do município foi excluída, o que a presente pesquisa se dedica a refutar. Assim, por meio da valorização da cultura negra, busca-se inserir o Clube Doze de Outubro como produção cultural étnica e espaço de afirmação da identidade negra. Tal iniciativa representa, na prática, a efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no sistema escolar municipal, ao apresentar a história local da população negra em um formato distinto, que contempla sua trajetória no pós-abolição em meio à sociedade rural católica, distanciando-se da visão simplista que a reduz apenas à condição de escravizados.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **A vala comum da raça emancipada**: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, n. 19, p. 91-108, 2010.
- ALONSO, Angela. **Associativismo avant la lettre**: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, v. 13, p. 166-199, 2011.
- AMADO, Janaina. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. *História*, v. 14, p. 125-136, 1995. ARAÚJO, P.N; SANTOS, M.S.V. *História, memória e esquecimento: Implicações políticas*. *Revista crítica de ciências sociais*, 2007 – 95-111.

⁵ VIEIRA, Marilene Bueno, LIMA, Henrique Pereira. **Nossa Terra é Palmeira das Missões**: o município seus aspectos históricos, geográficos, políticos e econômicos. 2ª ed, Porto Alegre. Evangraf, 2015.

ARAUJO, Clecio Leonardo Mendes. **A toxicidade do racismo recreativo em forma de brincadeira**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 14, n. 42, p. 464-468, 2022.

ARAÚJO, P.N; SANTOS, M.S.V. **História, memória e esquecimento**: Implicações políticas. Revista crítica de ciências sociais, 2007 – 95-111.

ARÉVALO, J. M. La tradición, el patrimonio y la identidad. **Revista de Estudios Extremeños**. VI. 60, n°3, 2004, p. 925-956.

BARTH, Fredrik; LASK, Tomke. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Contra Capa Livraria, 2000.

CHALHOUB, S. SILVA, F. T. da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. Campinas, 2009.

COSTA, Ângela Marques da. **A violência como marca: a pesquisa em história**. Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil, p. 81-91, 1996.

DA ROSA, Júlio César. **Sociedades Recreativas e Associativismo Negro**: Agremiações em Santa Catarina no Pós-Abolição (1903-1950). Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 9, n. 23, p. 223-248, 2017.

DE ALMEIDA, Everton Tolves. **Patrimônio, Informação e Identidade; O Discurso do Grafite no Espaço Urbano**. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 2, n. 6, p. 90-97, 2018.

DE SOUSA, Karina Almeida. “Flor (es) de maio”: **Associativismo Negro, Patrimônio e Diáspora Africana**: Associativismo Negro, Patrimônio E Diáspora Africana. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 18, n. 46, 2024.

DOMINGUES, Petrônio. **De Nova Orleans ao Brasil**: o jazz no Mundo Atlântico. Revista Brasileira de História, v. 40, n. 85, p. 171-192, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. **Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição**. Anos 90, v. 16, n. 30, p. 215-250, 2009.

ESCOBAR, G. V. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio é potencial. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2010.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KHOURY, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da História Social**. Proj História. São Paulo, 2001. Núcleo de Estudo, Cultura, Trabalho e Cidade. I encontro Procad, PUC-SP

KODAMA, Kaori. **Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo**: doenças, raça e escravidão. Revista Brasileira de História, v. 28, p. 407-430, 2008.

LE GOFF, Jacques et al. **História e memória**. 2003.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. **Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas**. 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe. SEAWRIGHT Leandro. **Memórias e Narrativas – História Oral aplicada**. 1 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto. 2021.

MEIRA, A. L. G. – **O patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Sul no século XX**: Atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura). UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para votantes e soldados, não obstante a nossa cor**: associativismo negro, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, Porto Alegre, séc. XIX). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 11, p. 1-30, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

PERAZZO, Priscila F. **Narrativas Oraís de Histórias de Vida - Comunicação & Inovação**, PPGCOM/USCS v. 16, n. 30 (121-131) jan-abr 2015.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. Editora Contexto, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELI, A. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, 1997.

SILVA, Tiago Rosa da. **Sociedade Recreativa e Cultural Os Zíngaros**: apontamentos iniciais sobre a trajetória de um clube negro da cidade de Bagé/RS no pós-abolição. Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS, 2016.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Sextante, 2021.

THOMPSON, E P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. de M. (Ed.). **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Editora Unicamp., 2014.

VIEIRA, Marilene Bueno, LIMA, Henrique Pereira. **Nossa Terra é Palmeira das Missões**: o município seus aspectos históricos, geográficos, políticos e econômicos. 2° ed, Porto Alegre: Editora Evangraf, 2015.

ZUKER, Fábio. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado**: Poder e a Produção da História. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 28, n. 1, p. 319-324, 2019.

Submetido em: 16 maio 2025

Aceito em: 04 set. 2025